

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº: 001/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI 220010/000102/2020

TIPO: MAIOR OFERTA de Valor de Outorga

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO “CODIN”, amparada pelo Decreto Estadual nº 46.252, de 26 de fevereiro de 2018, a quem foi delegada a prática dos atos que se fizerem necessários à seleção de administradora para a Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Julio Cesar Jorge Andrade e pela Comissão Especial de Seleção, com INTERVENIÊNCIA do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador, **Cláudio Bomfim de Castro e Silva**, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, realizará a **Seleção**, conforme descrição contida neste documento e nos seus Anexos, destinada à seleção de pessoa jurídica a ser contratada para implantar e administrar a Zona de Processamento de Exportação do Açúcar (ZPE do Açúcar), na forma da legislação vigente: Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; Decreto Estadual 46.188, de 06 de dezembro de 2017; Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017, que cria a Zona de Processamento do Açúcar, publicado no DOU em 28/12/2017; Resolução CZPE 02, de 15 de maio de 2009; Resolução CZPE 05, de 1º de setembro de 2009; Lei 11.508, de 20 de julho de 2007; Decreto 6.814, de 06 de abril de 2009, com alterações trazidas pela Lei nº 14.184/2021; Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009; Resolução CZPE 08, de 28 de junho de 2010; Instrução Normativa RFB 952, de 02 de julho de 2009 e Portaria RFB 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Este documento e todos os anexos que integram o presente edital estarão à disposição de qualquer interessado, na sede da CODIN, para consulta no período de 45 dias úteis, a partir do dia 19 de maio de 2022, podendo seu conteúdo ser acessado por meio do site oficial desta Companhia (www.codin.rj.gov.br).

Os envelopes, contendo documentos de habilitação e afins, deverão ser entregues na CODIN, sita na Av. Rio Branco, 110 – 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, até às 10h00 do dia 21 de julho de 2022. A abertura dos envelopes ocorrerá na mesma data-limite para sua entrega, às 10h30min, na sala de reunião, no endereço da sede da CODIN, acima citado, com a presença dos representantes das empresas participantes.

DAS DEFINIÇÕES

Adjudicatária: Proponente vencedora do processo de seleção;

Anexos: Documentos citados neste Edital, incorporados ao final, parte indissociável e nomeado conforme suas denominações;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Anteprojeto: Representação técnica da opção adotada pela Adjudicatária e/ou Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar AZPE a partir de estudo de viabilidade e estudos preliminares, contendo especificações técnicas e memorial descritivo do Projeto da ZPE do Açúcar, incluindo desenhos, especificações, orçamentos físico e físico-financeiro, sumários, avaliação de custos de obras, métodos e prazos de execução;

AZPE: Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, Pessoa Jurídica criada com a função específica de implantar e administrar a ZPE e, nessa condição, exclusivamente responsável por prestar serviços às empresas que ali se instalem e auxiliar as autoridades aduaneiras, nos termos da Resolução CZPE nº 5, de 1º de setembro de 2009 e suas posteriores alterações;

CODIN: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, entidade integrante da Administração Pública Indireta do Estado, Sociedade de Economia Mista, criada pela Lei nº 5.969, de 28 de novembro de 1967, alterada posteriormente pela Lei nº 9.273/2021, e delegatária do presente procedimento de seleção, nos termos do Decreto Estadual nº 46.252 de 26 de fevereiro de 2018;

Coligadas: Sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;

Comissão Especial de Seleção: Comissão constituída pela CODIN que será responsável por conduzir os procedimentos relativos à Seleção, além de examinar e julgar todos os documentos;

Consórcio: É o grupo de licitantes, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente Seleção e vinculados por Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;

Controlada: Sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras Controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada, e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da mesma sociedade controlada;

Controladora: Pessoa física ou jurídica que:

- i. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral ou reunião de sócios e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada; e
- ii. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade controlada;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Controle da AZPE: detém a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital social votante da AZPE;

Contrato: Instrumento celebrado entre a **CODIN**, tendo como interveniente o **ERJ**, e a Adjudicatária, posteriormente cedido a AZPE, sociedade de propósitos específicos a ser constituída pela mesma Adjudicatária, tendo por objeto estabelecer diretrizes para formalização da execução do processo de Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú, incluída a implantação, manutenção e exploração e das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento. (Anexo IV);

Correção monetária: o Valor de Outorga será corrigido, desde sua parcela inicial, pelo IPCA ou por índice oficial que vier a substituí-lo, com termo inicial de contagem na data de assinatura do contrato, até a data do efetivo pagamento da respectiva parcela;

CZPE: Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, sendo a principal instância decisória da Política Nacional das ZPEs;

Documentos de Habilitação: Conjunto de documentos arrolados no Edital, a ser obrigatoriamente apresentados pelas Participantes e membros do Consórcio, conforme o caso, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, habilitação técnica e econômico-financeira;

Edital: O presente documento, com seus anexos;

Empresa Líder do Consórcio: Empresa indicada pela Participante do certame na qualidade de consorciada, responsável perante a CODIN pelo cumprimento das obrigações da Participante contidas neste Edital, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;

Estado: Estado do Rio de Janeiro, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno;

Garantia Contratual: Garantia a ser constituída para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária/AZPE, a ser executada pela CODIN, nas hipóteses previstas;

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

Imóvel: área destinada à implantação da ZPE do Açú, de propriedade da CODIN, onde será instalada a Adjudicatária e/ou AZPE, composta por 14 (quatorze) Lotes;

Participante: Empresa interessada em participar do presente procedimento de seleção;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Poder Proponente: O Estado do Rio de Janeiro, responsável pela submissão da proposta de criação da ZPE do Açú, neste ato representado pela CODIN, nos termos do Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017;

Sessão Pública da Seleção: Sessão Pública para abertura dos envelopes das propostas entregues pelas Participantes;

Valor Mínimo de Outorga (VMO): as propostas não poderão apresentar **Valor de Outorga** inferior ao importe de R\$ 52.145.842,15 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos);

Proposta de Valor de Outorga: valor ofertado pela proponente em sua proposta inicial ou aquele constante do último lance, que passa a substituir integralmente o valor constante da proposta inicial;

Valor de Outorga: será o definido na proposta vencedora, desde que igual ou superior ao **Valor Mínimo de Outorga (VMO)**. Serão desclassificadas de imediato as propostas que contenham Valores de Outorga inferiores ao Valor Mínimo de Outorga (VMO), ficando impedidas as proponentes de tais valores inferiores de emendar ou ressaltar propostas;

Pagamento do Valor de Outorga: será executado por meio de **Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO)**, no importe de R\$ 10 milhões, mais o **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)**, por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) e o **Valor de Outorga** pelo número de parcelas;

Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO): será realizado pela Adjudicatária (contratada para constituir a AZPE e realizar os demais atos decorrentes) no prazo máximo de 10 dias contados da data de assinatura do Contrato, no importe de R\$ 10 milhões;

Correção monetária do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO): será corrigido, desde sua parcela inicial, pela aplicação do IPCA ou por índice oficial que vier a substituí-lo, com termo inicial de contagem na data de assinatura do contrato, até a data do efetivo pagamento da respectiva parcela, a resultar, portanto, na correção do **Valor de Outorga**;

Majoração do Valor de Outorga: o **Valor de Outorga** será majorado pela aplicação do **Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO)** sobre as respectivas parcelas do **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)**, caso tal Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO) resulte em valor maior que aquele referente em cada parcela respectiva, sem que implique em desconto, compensação ou redução da quantidade ou valor das parcelas subsequentes do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO) a que eventualmente não seja aplicável o Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO);

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO): corresponde ao resultado do cálculo de 4,35 (quatro vírgula trinta e cinco por cento) sobre a Receita Operacional Líquida da AZPE no exercício imediatamente anterior à data do pagamento de cada respectiva parcela, e implicará em majoração, se aplicável em uma ou mais parcelas, no **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)** e, portanto, no Valor de Outorga;

Seguros: os necessários para garantir e assegurar o pleno cumprimento do contrato, seja pela contratação do seguro de *performance bond* quanto o de responsabilidade civil por danos causados a terceiros (RC de obras), para o reembolso de indenizações por danos morais e/ou estéticos, lucros cessantes (responsabilidade civil cruzada), bem como os demais previstos na legislação em vigor;

Termo de Cessão de Posse: instrumento a ser firmado entre a CODIN e a Adjudicatária, que permite a transmissão da posse direta da área delimitada da ZPE do Açú, composta por 14 (catorze) lotes, para a vencedora do certame licitatório;

ZPE: Zona de Processamento de Exportação, área de livre comércio com o exterior, considerada Zona Primária para efeito de controle aduaneiro, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, inclusive com tratamentos tributário, cambial e administrativo específicos.

1. DO OBJETO

O presente EDITAL tem por objeto estabelecer diretrizes para a seleção da empresa ou Consórcio que irá constituir Pessoa Jurídica para exercer, em regime de exclusividade, a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú, incluída a implantação, manutenção e exploração das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento.

1.1 - A presente Seleção será do tipo maior oferta em relação ao Valor de Outorga. Será observada como Valor Mínimo de Outorga (VMO), o importe de R\$ 52.145.842,15 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos). O valor referente ao Valor de Outorga será pago da seguinte forma: Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) de R\$ 10 milhões de reais, no prazo de dez dias a contar da assinatura do contrato, acrescido do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO), por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o PIVO e o Valor de Outorga pelo número de parcelas.

1.2 - O Valor de Outorga será majorado pela aplicação do **Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO)** sobre as respectivas parcelas do **Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO)**, caso tal Fator de Variação do Valor de Outorga (FVVO) resulte em valor maior que aquele referente em cada parcela respectiva, sem que implique em desconto, compensação ou redução da quantidade ou valor das parcelas subsequentes do PCVO a que eventualmente não seja aplicável o FVVO.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

1.3 – É facultativa a VISITA TÉCNICA dos licitantes ao local da obra. Caso os licitantes optem pela visita técnica, será fornecido o Termo de Visita Técnica, documento a ser apresentado junto à “Declaração de Visita Técnica - Facultativa”.

1.4 - A finalidade da visita é a complementação de informações com o objetivo de sanar possíveis dúvidas de interpretação do projeto e o conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

1.5 – Caso o licitante opte por empreender VISITA TÉCNICA, esta deverá ser agendada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, em data e horário a ser determinado pela CODIN, e deverá ser feita pelo próprio, ou por seu representante legal, em companhia de servidor do órgão designado para esse fim.

1.6 - Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do local onde será realizada a Administração do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO

2.1 Poderão participar da presente Seleção apenas pessoas jurídicas, seja individualmente ou em Consórcio, desde que satisfaçam plenamente as condições do presente Edital. A participação na Seleção implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital.

2.2 No caso de Consórcio de empresas, deverão ser observadas as seguintes condições:

2.2.1 As empresas participantes de um consórcio não poderão participar da concorrência isoladamente ou integrando outro consórcio;

2.2.2 É vedada a participação nesta Seleção, em diferentes consórcios, de empresas Controladoras, Controladas ou Coligadas e suas respectivas Controladas, Controladoras ou Coligadas;

2.2.3 Deverá ser apresentado Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Anônima de Capital Fechado (Anexo III) devidamente registrada no Registro do Comércio competente, devendo constar neste, necessariamente, os dados abaixo, preferencialmente, na ordem em que estão listados:

- a) designação do Consórcio, sua composição e a participação proporcional de cada consorciada;
- b) descrição do objetivo da constituição do consórcio;
- c) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e de suas participações específicas em relação ao objeto deste processo;
- d) declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo Consórcio, tanto no que se refere a este processo quanto ao Contrato dele decorrente;
- e) registro dos compromissos e obrigações das consorciadas, entre eles o de que cada consorciada responderá, isolada e solidariamente, por todas as exigências pertinentes ao objeto da Seleção;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- f) apresentação da empresa líder do consórcio, que deverá ser a única das empresas a relacionar-se com a CODIN, em nome do consórcio;
- g) designação do representante legal do consórcio, que deverá ter poderes para firmar o Contrato;
- h) compromisso de que será apresentado, antes da assinatura do Contrato, o instrumento de constituição do Consórcio, em conformidade com o requerido no presente Edital; e
- i) declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção, da Lei Federal nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015 e do Decreto Estadual nº 46.366/18.

2.3 O Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio deverá ser assinado por todas as sociedades que deverão constituir o consórcio e deverá conter declaração expressa dessas sociedades de que, se vencedoras da Seleção, constituirão formalmente o consórcio e registrá-lo na Junta Comercial do local da sede da empresa líder, antes da assinatura do Contrato.

2.4 Não poderão participar desta Seleção inclusive fazendo parte de consórcio, pessoas jurídicas:

- 2.4.1** Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- 2.4.2** Sociedades em processo de liquidação, falência ou recuperação judicial;
- 2.4.3** Impedidas de transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos ou entidades descentralizadas; e
- 2.4.4** Sociedades dentre as quais haja dirigentes, gerentes ou sócios que sejam servidores da CODIN, ou de qualquer outro órgão da Administração Estadual, tanto direta quanto indireta.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1 Os documentos relativos à habilitação serão entregues pelas Participantes à Comissão Especial de Seleção, em envelope devidamente fechado (Envelope “A”), identificado externamente, ficando sugeridos os seguintes dizeres:

CODIN – CIA. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REFERÊNCIA: SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022 PARA ESCOLHA DE
ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO AÇU
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE [DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE].
[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE DA PARTICIPANTE]
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 19 de maio de 2022, às 10 horas.
ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1.1 Os Participantes de Consórcio deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida para Participantes isolados. Deverão apresentar, ainda, o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Anônima de Capital Fechado, na forma das disposições deste Edital.

3.2 Habilitação Jurídica:

- a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo da empresa, Estatuto ou Contrato Social, com as respectivas alterações em vigor, se houver devidamente registrado e arquivado na repartição competente;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- b) No caso de sociedade por ações, deverá ser apresentada cópia da publicação no Diário Oficial do ato societário que aprovou o estatuto social em vigor e elegeu os atuais administradores e da certidão de arquivamento na Junta Comercial competente;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar documentação comprobatória da representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação, responder administrativa e judicialmente ou qualquer outro ato que seja necessário e inerente à atividade de Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açu.

3.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município de domicílio da empresa;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Receita Federal do Brasil;
- d) Cópia autenticada da Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual da sede da participante;
- e) Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.4 Capacidade Econômico-Financeira:

- 3.4.1** balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da Proposta do LICITANTE, bem como índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superiores a 1 (um), que deverão ser calculados da seguinte forma:

LG = ativo circulante + realizável a longo prazo/passivo circulante + passivo não circulante;

LC = ativo circulante/ passivo circulante;

SG = ativo total/ passivo circulante + passivo não circulante.

Observações: Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício assim apresentados:

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- i) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76: publicado em diário oficial, ou em jornal de grande circulação.
- ii) Sociedades de grande porte, nos termos do artigo 3º da Lei nº 11.638/07, deverão seguir as disposições da Lei nº 6.404/76 (vide item i acima).
- iii) Outras formas societárias: por fotocópia das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas na Junta Comercial ou outro órgão equivalente do Registro de Comércio da sede ou domicílio do LICITANTE, com os competentes Termos de Abertura e Encerramento.

Das empresas constituídas no exercício social será exigida a apresentação de fotocópia do balanço de abertura, ou do Livro Diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou órgão equivalente de registro de Comércio do domicílio ou sede do LICITANTE.

As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa LICITANTE.

As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídas do livro digital, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial ou Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (conforme Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016), todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA).

- iv) O último exercício social a que se refere o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício deve obedecer ao previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, com redação dada pelo art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.594/2015.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

3.4.2 Considerar-se-á comprovada a boa situação financeira do participante desde que atinja o patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor contrato, no primeiro ano e, de igual forma, no segundo ano.

3.4.3 Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, com data de emissão atualizada, que deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos anteriores à data da apresentação da proposta.

3.5 Qualificação Técnica:

3.5.1 Ato Declaratório da Receita Federal ou equivalente no Exterior com no mínimo 1 (um) ano de alfandegamento vigente em parte interna de portos, aeroportos, recintos da alfândega e locais habilitados na fronteira terrestre pela autoridade aduaneira para operações de carga e descarga de mercadorias, vindo ou indo ao exterior ou porto seco.

3.6 Outros Documentos e Comprovações:

3.6.1 Declarações formais, inerentes a esta Seleção Pública (Anexo V);

3.6.2 Credenciamento de representante do Participante junto a CODIN, com poderes para representá-lo e praticar ato relativo ao processo licitatório, inclusive para desistência expressa de recurso, sem o qual será impedido de manifestar-se para qualquer forma de impugnação, rubrica e outras observações, ressaltando que a falta desse documento não implicará em inabilitação.

3.6.2.1 O credenciamento poderá fazer parte integrante do envelope “A”, ou ser apresentado fora dele, no ato da abertura da reunião.

3.7 A Comissão Especial de Seleção poderá a qualquer tempo e a seu critério, suspender o procedimento licitatório a fim de averiguar a veracidade documental apresentada com visita “*in loco*” a ser realizada por servidor designado;

3.8 Nenhum documento exigido nos itens 3.2 a 3.6 e seus respectivos subitens poderá ser apresentado fora do Envelope “A”, nem posteriormente à sua abertura, salvo pelo referido documento no item 3.6.2;

3.9 Caso algum documento seja emitido pela “Internet”, não será necessária sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pela Comissão, no “site” do órgão competente.

4. DA QUALIFICAÇÃO - PROPOSTA ECONÔMICA

4.1 A proposta econômica ofertada pela Participante versará sobre o Valor de Outorga a ser pago à CODIN e outros itens conforme Termo de Referência;

4.2 A Participante deverá indicar na sua proposta econômica o Valor de Outorga, em Real, a ser paga à CODIN, observado o valor mínimo de R\$ 52.145.842,15 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos);

4.3 Os Participantes entregarão à Comissão Especial de Seleção suas qualificações, item “DA QUALIFICAÇÃO - PROPOSTA ECONÔMICA” do Termo de Referência, em envelope fechado (Envelope “B”), identificado externamente, ficando sugeridos os seguintes dizeres:

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

CODIN – CIA. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REFERÊNCIA: SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022 PARA ESCOLHA DE
ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO AÇU
QUALIFICAÇÃO – PROPOSTA ECONÔMICA DE [DENOMINAÇÃO SOCIAL DA
PARTICIPANTE].

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE DA PARTICIPANTE]

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 19 de maio de 2022, às 10 horas.

ENVELOPE B – PROPOSTA ECONÔMICA

4.4 Os documentos deverão ser emitidos por computador ou datilografados em papel timbrado do Participante, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada em todas as páginas pelo representante legal do Participante, nos termos do Estatuto ou Contrato Social da Empresa, ou por instrumento particular de procuração com firma reconhecida.

5. DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1** A Comissão de Seleção receberá os envelopes A e B, contendo, respectivamente, os Documentos de Habilitação e Proposta econômica, no local, data e hora previstos neste Edital;
- 5.2** Após o encerramento do prazo para o recebimento dos envelopes, o que será declarado pela Comissão Especial de Seleção na Sessão Pública da Seleção, nenhum outro envelope ou documento será recebido, dando-se início à abertura destes em 2 (duas) fases: (i) Fase de Habilitação, para verificação de regularidade da situação do Participante e (ii) Fase de Qualificação, que consiste na abertura do Envelope B – Proposta Econômica.
- 5.3** A Comissão Especial de Seleção lavrará ata circunstanciada de todas as reuniões públicas. As atas de reunião serão assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos participantes presentes ou por aqueles nomeados;
- 5.4** Havendo acordo, e mediante lavratura em ata, os participantes presentes poderão nomear apenas alguns entre eles para rubricar os documentos apresentados, seja na fase de habilitação, seja na fase de julgamento das propostas;
- 5.5** A Comissão Especial de Seleção examinará os documentos de habilitação e julgará habilitado se atender integralmente aos requisitos exigidos neste Edital;
- 5.6** Serão inabilitados os participantes que: (a) apresentarem documentos com data de validade vencida; (b) deixaram de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, ou os apresentarem com adulteração, falsificação, emenda ou rasura; ou (c) não atenderem a todas as exigências deste documento;
- 5.7** A inabilitação será justificada pela Comissão Especial de Seleção, podendo esta efetuar diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 5.8** Caso todos os participantes sejam inabilitados, por meio da Comissão de Seleção, a seu exclusivo critério, poderá ser fixado prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que deram origem à sua inabilitação ou desqualificação ou à desclassificação das propostas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1** A seleção ocorrerá em sessão pública presencial e poderão participar da presente Seleção apenas pessoas jurídicas, seja individualmente ou em Consórcio, desde que satisfaçam plenamente as condições do presente Edital. A participação na Seleção implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital.
- 6.2** As Participantes deverão apresentar, na abertura da sessão pública, o envelope de Proposta lacrado e, fora do envelope de Proposta, o documento de credenciamento, e a declaração de que atendem às condições para participar da licitação previstas neste Edital e aos requisitos de habilitação, também conforme modelo constante no Anexo V deste Edital.
- 6.3** A apresentação das declarações referidas no subitem 6.2 deste Edital com falsidade material ou intelectual sujeitará as Participantes à aplicação da sanção de suspensão temporária do direito de participar de licitação, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento, além das demais cominações legais.
- 6.4** A Comissão de Seleção, após recebidos os envelopes com as Propostas e as declarações, deverá proceder ao credenciamento dos representantes das Participantes, que deverão portar documento de identidade original com foto, observado o disposto a seguir e conforme o caso:
- a) Procurador – O credenciamento deverá ser feito por meio de instrumento particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, ou instrumento público, outorgando expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, interpor e renunciar recurso, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Participante; b) Sócio, Proprietário, Dirigente ou Assemelhado – deverá ser apresentado o Contrato ou Estatuto Social juntamente com as respectivas alterações contratuais que comprovem sua capacidade como representante legal, podendo ser apresentado Estatuto ou Contrato Social consolidado, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. No caso de Administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.
- 6.5** A Participante que não contar com representante credenciado presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedida de participar da fase de lances verbais, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na Proposta escrita, que será considerada para efeito de ordenação das Propostas e apuração do maior Valor de Outorga.
- 6.6** Independente das procurações apresentadas serem públicas ou particulares, será necessário a apresentação dos documentos de constituição da pessoa jurídica, citados nas alíneas “a” e “b” do subitem 6.4, que deverão ser originais ou cópias acompanhadas dos originais para conferência junto à CODIN.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

7. DA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS E ETAPA DE LANCES

- 7.1** A Comissão de Seleção abrirá os envelopes de Propostas e classificar para a etapa de lances as Participantes que apresentarem as três Propostas de maior Valor de Outorga.
- 7.2** As demais Participantes não enquadradas na condição do item anterior não poderão participar da etapa de lances e terão suas Propostas desclassificadas.
- 7.3** A etapa de lances seguirá o seguinte procedimento:
- a) as Participantes devem apresentar lances públicos, sucessivos e crescentes;
 - b) a desistência da Participante em apresentar lances, quando convocada, implicará sua exclusão da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentada, para efeito de ordenação das Propostas;
 - c) será permitida a apresentação de **lances intermediários** pelas Participantes, assim considerados os lances iguais ou superiores ao maior já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pela própria Participante;
 - d) a vencedora da etapa de lances será a Participante que oferecer Proposta de Preço não coberta pelas demais Participantes, depois que convocadas pela Comissão de Seleção;
 - e) durante a sessão pública, antes de iniciada cada rodada de lances, a Comissão de Seleção poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que deverá incidir tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à Proposta que cobrir a melhor oferta;
 - f) a qualquer momento durante a etapa de lances, a Comissão de Seleção poderá alterar o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances;
 - g) após a definição da melhor Proposta, se a diferença em relação à Proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos dez por cento, a Comissão de Seleção poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8. DA VERIFICAÇÃO DE EFETIVIDADE DOS LANCES E PROPOSTAS

- 8.1** A Participante autora da melhor Proposta deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis, a partir da solicitação da Comissão de Seleção, a proposta devidamente preenchida com o preço ofertado, com os valores adequados ao lance vencedor, datada, assinada e com a apresentação de, no mínimo, os seguintes documentos:
- 8.1.1** Planilha de Preços para preenchimento das Participantes, com os valores adequados ao lance vencedor;
 - 8.1.2** Cronograma Físico-Financeiro para preenchimento das Participantes, disponibilizado no Terno de Referência nos itens 5.2 e 5.3, de acordo com o Anexo I deste Edital;
 - 8.1.3** Planilha de Composição do Valor de Outorga, a ser elaborada pela Participante, em consonância com o Modelo de Plano de Negócios Referencial da Zona de Processamento do Açúcar e Cálculo de Outorga Variável, (Anexo VI do Edital);

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA ECONÔMICA

- 9.1** As propostas econômicas serão ordenadas de acordo com as ofertas feitas em relação ao Valor de Outorga, sendo declarada vencedora a proposta que indicar a maior oferta;
- 9.2** A Comissão de Seleção poderá solicitar dos Participantes quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, se entender que são necessários para o seu julgamento, vedada a

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

- 9.3** Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção, com base na legislação aplicável.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 O autor da melhor Proposta válida será convocado para a apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 3.2 deste EDITAL.

10.2 O Agente de Licitação somente deverá inabilitar o LICITANTE autor da melhor Proposta em razão de defeitos em seus documentos de habilitação que sejam insanáveis, aplicando-se os mesmos procedimentos e critérios prescritos no subitem 10.4 deste EDITAL, observando-se o seguinte:

- a) consideram-se sanáveis defeitos relacionados a documentos que declaram situações preexistentes ou concernentes aos seus prazos de validade;
- b) o Agente de Licitação poderá realizar diligência para esclarecer o teor ou sanar defeitos constatados nos documentos de habilitação;
- c) o Agente de Licitação, se for o caso de diligência, concederá prazo de 2 (dois) dias úteis prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos constatados nos seus documentos de habilitação, apresentando, se for o caso, nova documentação;
- d) o Agente de Licitação, se for o caso de diligência, irá indicar expressamente quais documentos devem ser reapresentados ou quais informações devem ser corrigidas;
- e) se os defeitos não forem corrigidos de modo adequado, o Agente de Licitação poderá conceder novo prazo para novas correções.

10.3 Acaso o LICITANTE autor da melhor Proposta seja inabilitado, será verificada a efetividade das Propostas dos demais LICITANTES e o atendimento às condições de habilitação, de acordo com a ordem de classificação e aplicando-se os mesmos critérios.

10.4 Se todos os LICITANTES forem inabilitados, dada a constatação de defeitos insanáveis nos documentos de todos eles, a licitação será declarada fracassada.

11. DO JULGAMENTO FINAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 Será classificada e selecionada, assim considerada vencedora, a Participante que apresentar proposta com a maior oferta relativa ao Valor de Outorga, conforme item DA PROPOSTA ECONÔMICA do Termo de Referência;

11.1.1 Em caso de empate, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de julgamento:

- i. através de disputa final, em que os Participantes empatados poderão apresentar uma nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento, a ser analisada no mesmo dia;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- ii. desempenho contratual prévio dos Participantes em contratações anteriores, desde que comprovados por meio do atestado de capacidade técnica;
- iii. por último sorteio, sucessivamente, em ato público, marcado pela Comissão de Seleção e para o qual serão convidados todos Participantes;

11.1.2 Serão consideradas propostas empatadas quando existir diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente.

11.2 Após o julgamento e a classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes no Termo de Referência, será encaminhado para homologação e adjudicação;

11.3 Adjudicado o objeto desta Seleção pela Comissão, em despacho nos autos do processo, este será remetido à Presidência da CODIN para decisão final de homologação, revogação ou nulidade;

11.4 Homologada a Seleção, seu objeto será contratado à Adjudicatária;

11.5 Na hipótese em que a Adjudicatária venha decair do direito de contratar, a CODIN poderá revogar a Licitação ou convidar as demais participantes remanescentes, na ordem de classificação para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas;

11.6 A CODIN poderá revogar esta Seleção em razão do interesse público, decorrente de fato superveniente ou anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros;

11.7 A anulação do procedimento por motivo de ilegalidade induzirá à anulação do Contrato, não gerando obrigações da CODIN em indenizar a Contratada;

11.8 A declaração de nulidade do Contrato originado por esta Seleção operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

11.9 No caso de revogação da Seleção, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

11.10 Não será admitida proposta que apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

12. DOS ENCARGOS

12.1 A Adjudicatária e, posteriormente a AZPE, se obriga a realizar o Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO), referente ao montante a ser pago pela Adjudicatária e/ou pela AZPE, no importe de R\$ 10 milhões de reais em decorrência da oferta realizada no procedimento de seleção, em 10 (dez) dias a contar da assinatura do Contrato (Anexo IV).

12.1.1 O valor referente ao Valor de Outorga será pago da seguinte forma: pagamento inicial de R\$ 10 milhões de reais, no prazo de dez dias a contar da assinatura do contrato, acrescido do Pagamento Complementar do Valor de Outorga (PCVO), por meio de 20 parcelas anuais, com valores resultantes da divisão da diferença entre o Pagamento Inicial do Valor de Outorga (PIVO) e o Valor de Outorga pelo número de parcelas.

12.2 Sem prejuízo das demais sanções cabíveis pelo descumprimento das obrigações assumidas, caso a Adjudicatária e/ou a AZPE não pague o Valor de Outorga, na data de vencimento, incorrerá em cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., *pro rata*, incidente sobre o valor da parcela devida em atraso, atualizada pela variação anual da UFIR-RJ, acrescida de multa contratual de 10% (dez por cento), aplicáveis até o recebimento integral do valor devido;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1** Uma vez concluído e homologado o processo de seleção previsto neste Edital, a Adjudicatária será convocada/notificada para, no prazo de três dias, a contar do recebimento da convocação/notificação, comparecer à sede da CODIN com o fito de assinar o Contrato, conforme minuta constante no Anexo IV, o qual integra o presente documento. O Contrato será encaminhado para assinatura à Adjudicatária somente se houver motivo relevante, devidamente justificado e às suas expensas;
- 13.2** O não atendimento à convocação para assinatura do Contrato, no prazo fixado, implicará a decadência do direito à contratação;
- 13.3** O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito, pela Adjudicatária, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODIN;
- 13.4** Havendo recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato, no prazo estabelecido, é facultado à CODIN convocar os participantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições das suas respectivas propostas, sob pena de decadência do direito à contratação;
- 13.5** A Adjudicatária deverá manter, no que for aplicável, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Seleção.
- 13.6** O prazo de vigência do objeto licitado será de 20 (vinte) anos, permitida a prorrogação, por uma só vez e, no máximo, por igual período, desde que não caracterize direito subjetivo para a Administradora da ZPE, mediante novo pagamento de Valor de Outorga, devidamente atualizado, por decorrência da prorrogação, observada as disposições dos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Quinta do Contrato.
- 13.7** Na hipótese de não ocorrer a prorrogação de que trata o item 13.6 a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú será assumida pela CODIN por tempo indeterminado, devendo os ativos imobilizados necessários ao funcionamento da ZPE serem revertidos à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN).
- 13.8** Caso a CODIN volte a outorgar a outra Pessoa Jurídica o direito de exercer, em regime de exclusividade, a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú, deverá ser adotado o mesmo critério do item 13.7.

14. DOS RECURSOS

- 14.1** Ao final da sessão e declarado o Participante vencedor pela Comissão, qualquer Participante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. Os Participantes poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando os demais participantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 14.2** A não apresentação de razões escritas acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese das razões orais;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

- 14.3** A falta de manifestação imediata e motivada do participante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Comissão ao vencedor;
- 14.4** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 14.5** As razões de recursos serão dirigidas à Comissão de Seleção que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente instruídos, para a decisão final do Diretor-Presidente.

15. DOS SEGUROS:

- 15.1** A ADJUDICATÁRIA providenciará, às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento deste CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura dos materiais e equipamentos envolvidos na construção, reforma, ampliação, implantação, manutenção, melhoria da área da ZPE do Açú, bem como, administração, operação, exploração e desenvolvimento da própria ZPE do Açú, através de apólice de seguros, a incluir a cobertura de responsabilidade civil por danos causados a terceiros, considerando a CODIN como cossegurada, os quais deverão permanecer em vigor por todo o período de duração da obra até o efetivo início das operações da ZPE do Açú.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1** A Comissão Especial de Seleção é autônoma para dirimir quaisquer conflitos envolvendo os Participantes, devendo decidi-los nos termos deste Edital e da Legislação vigente;
- 16.2** A Comissão Especial de Seleção poderá, em qualquer fase, suspender os seus trabalhos, devendo promover o registro da suspensão;
- 16.3** As dúvidas com relação ao presente documento só serão consideradas quando formalizadas por escrito perante a Comissão Especial de Seleção, devendo ser apresentadas até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data da abertura das propostas, devendo a resposta ser fornecida por meio eletrônico e enviada a todas as Participantes;
- 16.4** Todas as páginas que compõem a documentação de Habilitação e Proposta de Preço deverão estar numeradas e rubricadas pelo representante legal do participante, exceto naquelas em que houver assinatura;
- 16.5** Em caso de Consórcio, as empresas consorciadas se obrigam a constituir empresa específica para atendimento do objeto da presente Seleção, conforme Decreto Federal nº 6.814/2009, empresa esta que terá obrigatoriamente na sua constituição, como sócios, os componentes do consórcio;
- 16.6** Fica assegurado à Comissão de Seleção o direito de proceder a exames e outras diligências, a qualquer tempo, na extensão necessária, a fim de esclarecer possíveis dúvidas a respeito de quaisquer dos elementos apresentados na Seleção;
- 16.7** Não será permitida a participação neste certame, de empresa estrangeira sediada fora do País, salvo se consorciada a empresa brasileira, a ser esta a titular do Consórcio;
- 16.8** Todos os documentos da licitação, bem como as correspondências trocadas entre as Participantes e a CODIN deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 220010/000102/2020

Data da Abertura 03/04/2020

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____

16.9 Não serão considerados para efeito de avaliação e julgamento das propostas os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas sem (i) a autenticação junto às Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior e (ii) a tradução juramentada para a língua portuguesa;

16.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.10.1** Anexo I – Termo de Referência;
- 16.10.2** Anexo II – Decreto de 27/12/2017, que criou a ZPE do Açú;
- 16.10.3** Anexo III - Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Anônima de Capital Fechado;
- 16.10.4** Anexo IV – Contrato;
- 16.10.5** Anexo V – Declarações – Modelos;
- 16.10.6** Anexo VI – Relatório - Modelo de Plano de Negócios Referencial da Zona de Processamento do Açú e Cálculo de Outorga Variável;
- 16.10.7** Anexo VII – Projeto Básico;
- 16.10.8** Anexo VIII - Declaração de Capacidade Financeira;
- 16.10.9** Anexo IX – Declaração de Visita Técnica e Não Visita Técnica Facultativa;
- 16.10.10** Anexo X – Termo de Cessão de Posse;
- 16.10.11** Anexo XI – Matriz de Risco.

17. DO FORO

O Foro competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas ao presente processo de Seleção é o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2022.

PELA OUTORGANTE

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO (CODIN)**

Julio Cesar Jorge Andrade
Diretor-Presidente